

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

1 — O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição do serviço devidamente identificado nas cláusulas técnicas que constituem a Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- b) O presente Caderno de Encargos;
- c) A proposta adjudicada;
- d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do adjudicatário

Cláusula 3.^a

Obrigações principais do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de execução dos trabalhos objeto do presente Caderno de Encargos;
- b) Obrigação de garantia dos bens e ou serviços prestados.

Cláusula 4.^a

Conformidade e operacionalidade do fornecimento

1 — O adjudicatário obriga-se a prestar à entidade adjudicante o serviço objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas que constituem a Parte II do presente Caderno de Encargos.

2 — Os componentes objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3 — O adjudicatário entregará à entidade adjudicante, com a entrega dos componentes, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização, funcionamento ou consumo daqueles.

5 — A entidade adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.

6 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens objeto do contrato.

7 — O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 5.^a

Local e prazo de entrega

1 — O fornecimento a realizar no âmbito do contrato deverá ocorrer no prazo estipulado cláusulas técnicas que constituem a Parte II do presente Caderno de Encargos.

2 — Após a realização dos trabalhos, os bens objeto do fornecimento serão entregues pelo Adjudicatário à Entidade Adjudicante de acordo com o definido nas cláusulas técnicas que constituem a Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 6.^a

Inspeção e testes

1 — Efetuada a entrega dos bens e execução dos trabalhos objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ela designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas nas cláusulas técnicas deste Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais igualmente definidos nas referidas cláusulas técnicas deste Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 — Durante a fase de realização de inspeção e testes, o adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

3 — Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 7.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1 — No caso de a inspeção ou os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as

características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

2 – No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 — Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 8.^a

Aceitação dos bens

1 — Caso os testes a que se refere a Cláusula 6.^a comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, deve ser emitido um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e da Entidade Adjudicante.

2 — A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstas nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 9.^a

Garantia técnica

1 — O prazo de garantia dos trabalhos objeto do presente contrato e de todo o material incorporado nos componentes é o indicado nas cláusulas técnicas que constituem a Parte II do presente Caderno de Encargos.

2 — A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a instalação ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;

- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão de obra.

3 — Durante o prazo de garantia o Adjudicatário é obrigado a fazer, imediatamente e à sua custa, as substituições de materiais ou equipamentos e a executar todos os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal do fornecimento nas condições previstas.

4 — Excetuam-se do disposto no número anterior as substituições e os trabalhos de conservação e de reparação que resultem do uso anormal do fornecimento ou do desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 10.^a

Objeto do dever de sigilo

1 — O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Secção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 11.^a

Preço base

O preço base do presente procedimento é o indicado na tabela que constitui o Anexo I a este Caderno de Encargos.

Cláusula 12.^a

Preço contratual

1 — Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço, firme e fixo, constante da proposta adjudicada, em euros e acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, correspondente à condição do material em causa.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 13.^a

Condições de pagamento

1 — As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 — Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção respetivo.

3 — Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 14.^a

Descontos nos pagamentos

A entidade adjudicante deduzirá nos pagamentos a efetuar ao adjudicatário:

- a) As importâncias necessárias ao reembolso dos adiantamentos e à liquidação das multas que lhe tenham sido aplicadas, nos termos deste Caderno de Encargos;
- b) As importâncias em dívida à Segurança Social, até ao montante de 25% da quantia a pagar, desde que o adjudicatário não prove ter a situação contributiva regularizada, conforme legislação em vigor;
- c) Todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis.

Cláusula 15.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1 — São inteiramente da conta do Adjudicatário os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos bens objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos bens, de elementos de construção, de *hardware*, de *software* ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

2 — Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos bens objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o adjudicatário por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16.^a

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento das datas e prazos do fornecimento objeto do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, nos seguintes termos:

- a) 1‰ (um por mil) do custo dos trabalhos por cada dia de atraso que se verificar, durante o primeiro período correspondente a um décimo do referido prazo;
- b) O valor da multa diária agravar-se-á em mais 0,5‰ (meio por mil) por cada período subsequente de igual duração, até atingir 5‰ (cinco por mil) o que constituirá o valor máximo de multa diária que será aplicada enquanto durar a mora, sem poder vir a exceder 20% do valor global da adjudicação.

2 — A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

3 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ônus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

6 — A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 18.^a

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Se o serviço prestado não corresponder às características e prescrições técnicas estabelecidas neste caderno de encargos;
- b) Quando a demora na execução do serviço exceder em sessenta dias o prazo fixado no contrato;
- c) Quando a demora na execução do serviço, após eventual rejeição nos termos fixados na Cláusula 7.^a, exceder em sessenta dias à data da notificação;

d) Quando o Adjudicatário não cumprir integralmente o estipulado na Cláusula 5.^a;

e) Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

3 — Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de a entidade adjudicante poder executar as garantias prestadas pelo adjudicatário.

4 — A resolução do contrato não invalida o disposto na Cláusula 9.^a, nem o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte da Entidade Adjudicante com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com o incumprimento do contrato.

5 — A entidade adjudicante pode ainda resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado, e mediante o pagamento ao adjudicatário de justa indemnização.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

2 — Nos casos previstos na alínea *a*) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Disposições finais

Cláusula 20.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.^a

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.^a

Outros encargos

Todas as despesas derivadas da elaboração da proposta, nomeadamente as despesas e encargos inerentes à prestação do contrato, que engloba as decorrentes do visto do Tribunal de Contas, se aplicável, são da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula 23.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.^a

Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o tribunal administrativo territorialmente competente, de acordo com os critérios legais vigentes.

PARTE II
CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.^a

Discriminação dos trabalhos objeto do contrato

1. A natureza dos trabalhos a executar pelo Adjudicatário em cada componente compreende a reparação de 5EA PVA do RADAR da aeronave F-16, a efetuar de acordo com as publicações técnicas adequadas e atualizadas, conforme prescrito pelos respectivos fabricantes, ou pela USAF, e discriminado no Anexo I ao presente caderno de encargos.

Cláusula 2.^a

Prazo de execução dos trabalhos

1 — O fornecimento a realizar no âmbito do contrato deverá ocorrer no prazo estipulado na proposta apresentada pelo adjudicatário, não devendo ultrapassar o prazo em dias de calendário descrito na tabela abaixo, decorrido após a data de receção dos componentes nas instalações indicadas pelo Adjudicatário, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

LOTE	TIPO DE REPARAÇÃO A REALIZAR	PRAZO
1	2 (dois) serviços de “Reparação com substituição de TWT – TWT a fornecer pelo adjudicatário”	90 dias
	1 (um) serviço de “Reparação com substituição de TWT – TWT a fornecer pela entidade adjudicante”	
	2 (dois) serviços de “Reparação sem substituição de TWT e “Power Transformer”	

2 — Para aqueles PVA que necessitem da substituição de TWTs em que o fornecimento do componente esteja a cargo da entidade adjudicante, o prazo de entrega será o

indicado no ponto 1 ou 45 dias após receção do TWT nas instalações indicadas pelo Adjudicatário, consoante o que ocorrer mais tarde.

Cláusula 3.^a

Local de entrega dos bens

1 – Os componentes a intervencionar deverão ser entregues pela Entidade Adjudicante nas instalações indicadas pelo Adjudicatário.

2 – Após a realização dos trabalhos, os componentes serão entregues à Entidade Adjudicante nas instalações indicadas pelo Adjudicatário, na condição EX-WORKS (Incoterms 2020).

Cláusula 4.^a

Garantia

O prazo de garantia dos trabalhos objeto do presente contrato e de todo o material incorporado nos componentes é de 1 ano ou 500 HV, conforme a que ocorrer primeiro, após a entrega destes, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem, desde que a dita instalação ocorra dentro dos 12 meses subsequentes à entrega do componente à Entidade Adjudicante.

Cláusula 5.^a

Documentação para receção dos bens

O adjudicatário entregará à entidade adjudicante, com a entrega dos componentes, todos os documentos que sejam necessários para a boa receção daqueles, designadamente respetivos certificados de conformidade, relatórios de reparação e registos históricos, quando aplicáveis.

ANEXO I

1. Atendendo à condição dos PVA objeto do contrato é previsível a necessidade de realização dos seguintes trabalhos, que constituem o preço de referência para análise e adjudicação das propostas:

LOTE	TIPO DE REPARAÇÃO A REALIZAR
1	1 (um) serviço de “Reparação com substituição de TWT – TWT fornecer pela entidade adjudicante” 2 (dois) serviços de “Reparação com substituição de TWT – TWT fornecer pelo adjudicatário” 2 (dois) serviços de “Reparação sem substituição de TWT e de <i>Power Transformer</i> ”

- 1.1 O Adjudicatário, num prazo máximo de 20 dias após receção nas suas instalações dos equipamentos a reparar, deverá providenciar à Entidade Adjudicante um relatório de peritagem, que deverá indicar o seguinte:

- a) Resultado da avaliação do estado geral do equipamento, de acordo com TO 11F45-2-14-3, Capítulo 10, secção IV;
- b) Número de Série do contentor de PVA em que o equipamento foi recebido;
- c) Número de Série do *PVA Holder & Waveguide Protector* (PHWP) que acompanhava o PVA;
- d) Resultado da inspeção ao contentor de PVA e PHWP, conforme Cláusula 2ª;
- e) Resultados dos testes efetuados ao PVA;
- f) Necessidade ou não de substituir o TWT e/ou “*Power Transformer*”;
- g) Resultado da avaliação de condição do TWT, que deverá permitir concluir se o órgão está ou não em condições de operar de forma fiável durante 150 Horas.

- 1.2 A Entidade Adjudicante, em função do estado dos componentes após relatório de peritagem a enviar pelo Adjudicatário, poderá decidir pela realização dos trabalhos dos seguintes tipos de acordo com os valores unitários indicados na proposta:

- a. Peritagem e devolução à Entidade Adjudicante sem reparação, ou;
- b. Reparação sem substituição de TWT e “*Power Transformer*”, ou;

- c. Reparação com substituição de TWT – TWT a fornecer pela entidade adjudicante, ou;
- d. Reparação com substituição de TWT – TWT a fornecer pelo adjudicatário, ou;
- e. Reparação com substituição de “*Power Transformer*”, “*Power Transformer*” a fornecer pelo adjudicatário, ou;
- f. Reparação com substituição de TWT e “*Power Transformer*” – TWT a fornecer pela entidade adjudicante e “*Power Transformer*” a fornecer pelo adjudicatário, ou;
- g. Reparação com substituição de TWT e “*Power Transformer*” – TWT e “*Power Transformer*” a fornecer pelo adjudicatário.

1.3 Os serviços objeto do presente Caderno de Encargos incluem o fornecimento, pelo Adjudicatário, de todos os produtos, peças sobressalentes, componentes e quaisquer outros materiais que venham a revelar-se necessários à realização dos trabalhos, à exceção dos TWT, que poderão ser fornecidos, se necessário, pela Entidade Adjudicante, em conformidade com o disposto na Cláusula 1.^a da Parte II do presente Caderno de Encargos.

1.4 O Adjudicatário deverá ter capacidade de obter os produtos, peças sobressalentes, componentes e materiais cujo fornecimento é da sua responsabilidade num prazo coerente com o disposto na Cláusula 2.^a da Parte II do presente Caderno de Encargos.

1.5 No âmbito dos trabalhos a efetuar pelo Adjudicatário devem ser incorporados componentes nos artigos, caso necessário, nas seguintes condições:

- a) Novos de fábrica (“*factory new*”); e
- b) De origem do fabricante original dos equipamentos objeto do caderno de encargos ou de origem certificada por este (“*Original Equipment Manufacturer Parts*”).

1.6 Os componentes em objeto, serão devidamente rececionados pelo Adjudicatário nas suas instalações de forma a:

- a) Detetar qualquer anomalia adicional não indicada;
- b) Verificar se toda a documentação técnica e de aeronavegabilidade está atualizada, nomeadamente os certificados de conformidade e os registos históricos.

- 1.7 Em caso de deteção de faltas e/ou anomalias nos componentes a intervencionar pelo Adjudicatário, estas devem ser registadas fotograficamente e reportadas formalmente para a Entidade Adjudicante até ao máximo de 50% do prazo de entrega após a receção do componente pelo Adjudicatário, para efeitos de aprovação pela Entidade Adjudicante dos trabalhos a realizar.
- 1.8 Para permitir uma rigorosa avaliação dos componentes a intervencionar, o concorrente poderá solicitar à Entidade Adjudicante o envio da documentação técnica necessária, a qual será enviada através de formato digital.

2. Aspetos Logísticos

- 2.1 Os PVA serão preferencialmente expedidos das instalações da Entidade Adjudicante em contentores individuais especiais, propriedade da Entidade Adjudicante. Cada contentor tem número de série próprio e destina-se exclusivamente ao transporte e armazenamento de PVA. Salvo indicação em contrário da Entidade Adjudicante, cada PVA deverá ser devolvido após a reparação no mesmo contentor em que foi rececionado pelo Entidade Reparadora. Enquanto permanecerem nas instalações da Entidade Reparadora, esta é responsável pela conservação dos referidos contentores, não podendo estes serem usados para outro fim que não armazenamento e transporte de PVA propriedade da Entidade Adjudicante.
- 2.2 Os PVA serão preferencialmente expedidos das instalações da Entidade Adjudicante com um PVA *Holder & Waveguide Protector* (PHWP), propriedade da Entidade Adjudicante. Cada PHWP tem número de série próprio e tem como finalidade prevenir danos do PVA durante o seu transporte e manuseamento. Salvo indicação em contrário da Entidade Adjudicante, cada PVA deverá ser devolvido após reparação com o mesmo PHWP com que foi rececionado nas instalações da Entidade Reparadora. Enquanto permanecerem nas instalações da Entidade Reparadora, esta é responsável pela conservação dos referidos PHWP, não podendo estes serem usados para outro fim que não instalação em PVA propriedade da Entidade Adjudicante.
- 2.3 Os PVA deverão ser rececionados pela Entidade Reparadora nos mesmos contentores em que foram expedidos pela Entidade Adjudicante, devendo o

Adjudicatário garantir que, dentro da sua área de responsabilidade, o PVA não é retirado do seu respectivo contentor até à sua receção pela Entidade Reparadora.

2.4 Os PVA deverão ser rececionados pela Entidade Reparadora com os mesmos PHWP com que foram expedidos pela Entidade Adjudicante, devendo o Adjudicatário garantir que, dentro da sua área de responsabilidade, o PHWP não é removido do respectivo PVA até à sua receção pela Entidade Reparadora.

2.5 Como parte do relatório de peritagem de cada PVA, o Adjudicatário deverá informar a Entidade Adjudicante do estado em que os contentores e PHWP foram recebidos nas suas instalações, se aplicável, providenciando evidências fotográficas de quaisquer danos encontrados.

2.6 Os PVA deverão devolvidos à Entidade Adjudicante nos mesmos contentores em que foram expedidos das instalações da Entidade Reparadora após a reparação, devendo o Adjudicatário garantir que, dentro da sua área de responsabilidade, o PVA não é retirado do seu respectivo contentor até à sua receção pela Entidade Adjudicante.

2.7 Os PVA deverão ser devolvidos à Entidade Adjudicante com os mesmos PHWP com que foram expedidos das instalações da Entidade Reparadora após a reparação, devendo o Adjudicatário garantir que, dentro da sua área de responsabilidade, o PHWP não é removido do respectivo PVA até à sua receção pela Entidade Reparadora.

NOME (NOMENCLATURE)	PART NUMBER (P/N)	NNA (NSN)	PREÇO BASE (BASE PRICE)	TIPO DE SERVIÇO (TYPE OF SERVICE)		
				QTD (QTY)	REPARAÇÃO (REPAIR)	OBSERVAÇÕES (REMARKS)
PVA, RADAR	783R056G01	1270014076550	€250.000,00	1	X	Reparação com substituição de TWT – TWT a fornecer pela entidade adjudicante
				2	X	Reparação com substituição de TWT – TWT a fornecer pelo adjudicatário
				2	X	Reparação sem substituição de TWT e de <i>Power Transformer</i>